

Uma Casa Europeia da Democracia mais forte para lograr a recuperação

Situação atual

1. Encontramo-nos numa encruzilhada crucial na nossa resposta ao impacto da pandemia de COVID-19 atual, que está a sujeitar a Europa, e os seus órgãos de poder local e regional a uma pressão social, económica, ambiental e financeira sem precedentes.
2. Na família do PPE, estamos empenhados numa União Europeia que começa nas nossas aldeias, cidades e regiões. Damos valor a uma economia social de mercado forte, a uma política industrial competitiva de base local, ao bem-estar enquanto marca distintiva do nosso Modo de Vida Europeu, assim como ao estabelecimento de parcerias a vários níveis para as decisões quotidianas que afetam os europeus, de que a subsidiariedade ativa é a pedra angular.
3. **Com a ênfase a mudar da resposta de emergência e do ciclo de confinamento / desconfinamento para uma economia local resiliente e ecológica, afirmamos que o combate à pandemia e a recuperação económica pós-COVID-19 são indissociáveis.**

Estamos extremamente preocupados com o risco de que a pandemia anule décadas de progresso em todos os territórios da Europa. Enquanto dirigentes que valorizam profundamente a coesão, consideramos esta situação extremamente inquietante. Não podemos continuar como dantes. Pelo contrário, temos de avançar juntos.

As nossas pretensões e os nossos compromissos

4. Reiteramos que o Mecanismo de Recuperação e Resiliência – o instrumento de recuperação fundamental que está no âmago do Próxima Geração UE – tem de perfilhar plenamente a governação a vários níveis e dar resposta aos desafios apresentados nas avaliações do impacto territorial.
5. **Instamos os Estados-Membros a darem seguimento ao mais alto nível político à declaração da Comissão Europeia no sentido de associar plenamente os órgãos de poder local e regional à elaboração dos planos nacionais de recuperação e resiliência e de confiar a esses órgãos um papel ativo ao longo do processo, desde a definição das prioridades à apresentação final, passando pela verificação da viabilidade dos prazos e pela validação.**

Chamamos a atenção para as áreas emblemáticas de investimento e reformas, muitas das quais correspondem aos domínios de competência dos órgãos de poder local e regional.

6. Estamos empenhados em obter resultados plenamente consentâneos com as nossas competências locais e regionais, em especial a prestação de serviços públicos, o apoio à economia local e as políticas de estímulo ao emprego e à resiliência social, através da utilização dos recursos regionais, nacionais e da UE, a par de uma maior cooperação transfronteiras, a fim de alcançar um mercado interno mais forte e que funcione melhor.

Estamos convictos de que, através da governação a vários níveis, a Europa pode proporcionar uma recuperação que chegue mais rapidamente à economia real e aos cidadãos, contribuindo para o reforço e a consolidação da resiliência social.

Rumo a uma Casa Europeia da Democracia mais forte

7. Advertimos que a aplicação de abordagens que careçam de uma coordenação deliberada, concertada e coerente entre os vários níveis de governo no âmbito da conceção, execução e avaliação das políticas enfraquece a eficácia destas. Reafirmamos o nosso apelo aos homólogos da governação, num espírito de força na unidade e na diversidade, para que trabalhem em conjunto com os líderes locais e regionais e reforcem assim a confiança na democracia.
8. Os municípios e as regiões devem ter um acesso adequado, oportuno e equitativo aos recursos. Desta forma, poderemos conciliar os princípios fundamentais da governação transparente e eficiente com uma execução mais eficaz das políticas públicas e, em última análise, produzir resultados concretos para os nossos cidadãos e empresas.
9. **Salientamos a necessidade de tirar partido do contexto atual – mais propício do que nunca, dada a sua ênfase histórica no futuro da Europa e na preparação do nosso modelo socioeconómico para o futuro, através da transição para meios de produção e consumo mais circulares, sustentáveis e digitais –, uma vez que o foco estratégico e político da UE está agora a passar, acertadamente, da estratégia para a execução.**
10. Tiremos partido dos nossos pontos fortes respetivos, com vista a utilizá-los em nosso benefício quando enfrentamos desafios assimétricos que não conhecem fronteiras administrativas entre os níveis local, regional, nacional e europeu.

Exortamos todos os intervenientes a compreenderem que, através da promoção de parcerias com os órgãos de poder local e regional e entre eles, as quais revelam sistematicamente casos exemplares de instrumentos de governação inovadores, é possível elaborar e aplicar de forma mais eficaz políticas com valor acrescentado.

Reafirmamos o nosso compromisso com o Estado de direito, mas reiteramos que os órgãos de poder local e regional não devem ser penalizados pelas reservas manifestadas pelos governos nacionais.
